



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polícia Civil - PC

BALANÇO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA

REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2023
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 150003

DECLARAÇÃO DOS CONTADORES

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis (e suas notas explicativas), elaboradas a partir das movimentações orçamentárias, patrimoniais, financeiras e de controle da Polícia Civil do Estado de Rondônia, correspondentes ao período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2023, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as normas estaduais emitidas pela Contadoria Geral do Estado de Rondônia.

As notas explicativas, quando houver necessidade, esclarecerão inconsistências identificadas que prejudiquem as características qualitativas da informação contábil.

Brayan Soares do Nascimento Mesquita
Contador
RO-010196/O-4

Heraldo Duarte Viana Filho
Contador Patrimonial
CRC-RO: 001741/O

BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com os seguintes dispositivos:

- Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª edição (MCASP);
- Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Moeda funcional: a moeda funcional é o real.

Créditos de Curto Prazo são os direitos a receber a curto prazo. O valor desses direitos é mensurado e avaliado pelo custo original mais as atualizações monetárias e juros, quando aplicáveis.

Estoques compreendem os materiais em estoque utilizados nas atividades da organização e

na prestação de serviços. A avaliação desses materiais baseia-se no valor de compra ou desenvolvimento, sendo o método do custo médio ponderado utilizado para medir e avaliar a saída dos estoques, conforme preconizado pelo Art. 85 da Lei nº 4.320/64 e demais normas do CFC.

O **imobilizado** inclui bens móveis e imóveis. São inicialmente reconhecidos com base no valor de compra ou desenvolvimento. Após o reconhecimento inicial, esses bens podem ser depreciados, amortizados ou exauridos (quando possuem vida útil definida).

Intangíveis são direitos que incluem bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. São mensurados e avaliados com base no valor de compra ou desenvolvimento, com o saldo de amortização acumulada sendo deduzido (quando possuem vida útil definida).

A **depreciação**, amortização e exaustão dos bens móveis e imóveis é calculada com base no custo do ativo imobilizado, incluindo custos diretos e indiretos. Os valores de depreciação dos bens móveis são apurados através do módulo de patrimônio do sistema e-Estado.

Os **passivos circulantes** incluem obrigações que são conhecidas ou calculáveis, acrescidas dos encargos correspondentes das variações monetárias e juros ocorridos até a data das demonstrações contábeis.



Documento assinado eletronicamente por **Brayan Soares do Nascimento Mesquita, Contador(a)**, em 15/03/2024, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Heraldo Duarte Viana Filho, Agente**, em 15/03/2024, às 13:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **SAMIR FOUAD ABOUD, Delegado-Geral de Polícia Civil**, em 15/03/2024, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0046821610** e o código CRC **E2FD3426**.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polícia Civil - PC

BALANÇO

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	5.211.326,40	3.105.348,27
Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional	5.211.326,40	3.105.348,27
Demais créditos e valores a curto prazo	303.209,19	235.525,00
Adiantamentos concedidos	300.921,10	235.525,00
Outros créditos a receber e valores a curto prazo	2.288,09	
Estoques	2.440.615,16	1.059.609,24
Almoxarifado	2.440.615,16	1.059.609,24
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	7.955.150,75	4.400.482,51
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado	90.935.004,87	102.583.027,70
Bens moveis	28.116.494,40	23.826.722,04
Bens imóveis	69.402.515,68	83.156.797,20
(-) Depreciação, exaustão e amortização acumuladas	(6.584.005,21)	(4.400.491,54)
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	90.935.004,87	102.583.027,70
TOTAL DO ATIVO	98.890.155,62	106.983.510,21
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)		

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
PASSIVO CIRCULANTE	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo	-	-
Benefícios assistenciais a pagar	-	-
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	-	-
Fornecedores e contas a pagar nacionais a curto prazo	-	-
Obrigações fiscais a curto prazo	-	-
Obrigações fiscais a curto prazo com a união	-	-
Obrigações fiscais a curto prazo com os estados	-	-
Obrigações fiscais a curto prazo com os municípios	-	-
Adiantamento de clientes e demais obrigações a curto prazo	625.942,98	485.315,66

Valores restituíveis	280.654,15	142.833,57
Outras obrigações a curto prazo	345.288,83	342.482,09
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	625.942,98	485.315,66
Passivo nao-circulante	-	-
Demais obrigações a longo prazo	-	4.614,90
Outras obrigações a longo prazo	-	4.614,90
TOTAL DO PASSIVO NAO-CIRCULANTE	-	4.614,90
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	-
Demais reservas	-	124,07
Reserva de reavaliação	-	124,07
Resultados acumulados	98.264.212,64	106.493.455,58
Superávits ou déficits acumulados	98.264.212,64	106.493.455,58
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	98.264.212,64	106.493.579,65
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	98.890.155,62	106.983.510,21
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)		

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		
Ativo Financeiro	5.211.326,40	3.105.348,27
Ativo Permanente	93.678.829,22	103.878.161,94
Total Ativo (I)	98.890.155,62	106.983.510,21
PASSIVO		
Passivo Financeiro	5.211.326,40	3.104.660,18
Passivo Permanente	345.288,83	347.096,99
Total Passivo (II)	5.556.615,23	3.451.757,17
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	93.333.540,39	103.531.753,04
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)		

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	-	-
Direitos Contratuais em Execução	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros atos potenciais passivos	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)		

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

FONTE DE RECURSO	31/12/2023	31/12/2022
500 Recursos não vinculados de imposto	-	688,09
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	-	688,09
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)		

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL

1. IMOBILIZADO

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Caixa e equivalentes de caixa Compreende o somatório dos valores disponíveis da Conta única do Tesouro Estadual e em Bancos para aplicações, como dinheiro em caixa, depósitos bancários.

Considerando o Decreto Nº 24.041 de Julho de 2019, o qual regulamenta a gestão patrimonial, relativa aos bens móveis, no âmbito do Poder Executivo do Estado de Rondônia, e revoga o Decreto n. 17.691, de 4 de abril de 2013, que "Dispõe sobre a administração e o controle de bens móveis que compõem o acervo patrimonial dos órgãos e entidades do Poder Executivo e suas respectivas baixas", Instruções Normativas 01 e 02/2018 - SEPAT, qual disciplina os procedimentos e rotinas a serem aplicados no inventário físico e na reavaliação dos bens móveis do ativo imobilizado do acervo patrimonial do Poder Executivo do Estado de Rondônia a serem realizadas no exercício de 2018, em cumprimento a Lei Estadual nº 5.092 de 24 de agosto de 2021.

Nesses segmentos a Polícia Civil através da Comissão de Inventário de 2023, devidamente nomeada pela Portaria nº 327/2023, realizou o Inventário e seus ajustes das pendências de 2022.

Os valores ainda possuem as divergências, acreditamos que são devidos as inconsistências dos relatórios emitidos pelo e-Estado, dos cinco (5) emitidos nenhum fecha com os totais, e o mais próximo da nossa realidade é o Relatório de Contas Contábeis no qual foi base dos nossas escriturações, ajustes e cortes, para chegarmos ao um denominador comum, e conciliar com TC-15 emitido pelo e-Estado.

Segue as demonstrações de conciliações:

Anexo I

TC-15 posição Dezembro/2023

Patrimônio (Bens Móveis) Anexo TC-15 posição Dezembro/2023	21.318.111,66
(+) Entrada (Processos de aquisições de bens exercícios anteriores que não migrou no e-Estado)	0
(+)Bens não Localizados, Inservíveis (aguardando baixas)	0
(+)Bens relacionados que não recebem tombamentos	0
(+)Entradas,Saídas ou Ajustes anteriores (correções e valores a lançar no E-Estado),	0
(-)Saídas ou Ajustes anteriores (correções e valores a lançar no E-Estado)	0
Saldo do Bens Móveis 2023, Dezembro 2023	21.318.111,66

Anexo II

Balanço Patrimonial - Dezembro/2023

Conta 12311000000 (Bens Móveis Consolidados)	28.116.494,40
Contabilidade Balanço Patrimonial, Conta 12311000000 (Bens Móveis Consolidados) -	
(+) Entradas de bens de exercício anteriores	0
(+) Incorporação de bens transferidos de outra UG	0
(-) Outras Saídas ou Ajustes anteriores	873,37
(-) Valores de bens não encontrados ou situação de baixas	460.299,81
(-) Reavaliações exercício anterior	0
(-) Depreciações acumuladas	6.337.209,56
(-) Depreciações a lançar	0
Saldo do Bens Móveis 2023, Dezembro 2023	21.318.111,66

Heraldo Duarte Viana Filho
Núcleo de Contabilidade da Polícia Civil
CRC-RO 001741/O

SAMIR FOUAD ABOUD
Delegado Geral da Polícia Civil
Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **Brayan Soares do Nascimento Mesquita, Contador(a)**, em 15/03/2024, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Heraldo Duarte Viana Filho, Agente**, em 15/03/2024, às 13:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **SAMIR FOUAD ABOUD, Delegado-Geral de Polícia Civil**, em 15/03/2024, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0046821611** e o código CRC **C133306C**.

Referência: Caso responda este(a) Balanço, indicar expressamente o Processo nº 0019.008709/2024-30

SEI nº 0046821611

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polícia Civil - PC

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2023

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a dezembro / 2023	Janeiro a dezembro / 2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	195,05	966,09
Remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras	195,05	966,09
Transferências e delegações recebidas	26.709.285,24	22.135.054,83
Transferências intragovernamentais	26.214.017,88	21.427.774,12
Outras transferências e delegações recebidas	495.267,36	707.280,71
Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos	4.372.644,11	83.009.214,09
Ganhos com incorporação de ativos	4.372.644,11	83.009.214,09
Outras variações patrimoniais aumentativas	2.238,68	8.596,00
Diversas variações patrimoniais aumentativas	2.238,68	8.596,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	31.084.363,08	105.153.831,01

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	Janeiro a dezembro / 2023	Janeiro a dezembro / 2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	15.520.683,19	12.386.539,39
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	4.828.815,64	1.427.403,54
SERVIÇOS	8.357.965,09	9.150.576,74
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	2.333.902,46	1.808.559,11
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	3.619.191,65	4.593.786,04
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	3.616.464,65	4.561.700,95
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	2.727,00	32.085,09
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	2.159.083,70	2.084,04
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	2.159.083,70	2.084,04
TRIBUTÁRIAS	68.589,41	68.797,91
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	68.589,41	68.797,91
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	21.367.547,95	17.051.207,38
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)	9.716.815,13	88.102.623,63

NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 9ª edição, a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Este Demonstrativo tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade.

Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais. A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

No exercício de 2023, o total das variações patrimoniais aumentativas foi de R\$ 31.084.363,08. É importante salientar que o órgão não possui receita própria, sendo portanto mantido por recursos do tesouro estadual, a maior parte de suas receitas provem de transferências intragovernamentais, totalizando R\$ 26.709.285,24.

Já o valor de R\$ 4.372.644,11, refere-se a ganhos como incorporação de imóveis e aquisição ou doação de bens móveis, dentre outros ganhos em menor parcela.

Já os remuneração de depósitos bancária somaram R\$ 195,05. A remuneração de depósitos bancários diz respeito a contas de débito automático, que são contas temporárias nas quais uma ordem bancária é enviada e o débito do fornecedor é aguardado. Assim, os recursos permanecem investidos por pouco tempo e, conseqüentemente, os rendição são pequenos.

Já com relação às variações patrimoniais diminutivas, os foi de R\$ 21.367.547,95. Essas variações representam os gastos incorridos em diversas áreas, tais como uso de bens, serviços, uso de material de consumo, serviços prestados, depreciação, amortização, transferências concedidas, entre outros.

- **Resultado Patrimonial:** O resultado patrimonial do período foi positivo em R\$9.716.815,13 em 2023, uma queda em relação ao resultado de R\$88.102.623,63 em 2022. Essa queda de resultado não é deve ser interpretada como algo negativo, ao contrário de empresas privadas, os órgãos públicos são medidos pelos seus resultados institucionais e estritamente financeiros. Além disso, no ano de 2022 houve a incorporação de diversos imóveis, o que gerou esse resultado bastante superior ano de 2023.

BRAYAN SOARES DO N. MESQUITA

Contador

CRC-RO-010196/O-4

SAMIR FOUAD ABBOUD

Delegado Geral da Polícia Civil

Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **Brayan Soares do Nascimento Mesquita, Contador(a)**, em 15/03/2024, às 13:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **SAMIR FOUAD ABBOUD**, **Delegado-Geral de Polícia Civil**, em 15/03/2024, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0046821613** e o código CRC **04F4DCB5**.

Referência: Caso responda este(a) Balanço, indicar expressamente o Processo nº 0019.008709/2024-30

SEI nº 0046821613

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polícia Civil - PC

BALANÇO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - POLICIA CIVIL

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023 - EM R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	-	-	195,05	195,05
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-	-	-	-
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	-	-	195,05	195,05
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	-	-	195,05	195,05
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	0,00	195,05	195,05
DEFICIT (VI)	-	-	17.564.753,81	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	17.564.948,86	195,05
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)				

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - POLICIA CIVIL

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023- EM R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	16.070.664,00	16.345.458,31	15.263.839,44	12.506.929,19	12.506.929,19	1.081.618,87
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.070.664,00	16.345.458,31	15.263.839,44	12.506.929,19	12.506.929,19	1.081.618,87
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	2.000.000,00	2.655.000,00	2.301.109,42	127.347,42	127.347,42	353.890,58
INVESTIMENTOS	2.000.000,00	2.655.000,00	2.301.109,42	127.347,42	127.347,42	353.890,58
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS XI = (VIII + IX + X)	18.070.664,00	19.000.458,31	17.564.948,86	12.634.276,61	12.634.276,61	1.435.509,45
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+XII)	18.070.664,00	19.000.458,31	17.564.948,86	12.634.276,61	12.634.276,61	1.435.509,45
SUPERAVIT (XIV)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	18.070.664,00	19.000.458,31	17.564.948,86	12.634.276,61	12.634.276,61	1.435.509,45
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)						

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - POLÍCIA CIVIL
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2023
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO A PAGAR (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (b)				
DESPESAS CORRENTES	136.988,29	2.042.561,50	1.803.967,61	1.803.967,61	375.582,18	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	136.988,29	2.042.561,50	1.803.967,61	1.803.967,61	375.582,18	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	782.276,82	782.276,82	782.276,82	-	-
INVESTIMENTOS	-	782.276,82	782.276,82	782.276,82	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	136.988,29	2.824.838,32	2.586.244,43	2.586.244,43	375.582,18	-

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - POLÍCIA CIVIL
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2023
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO A PAGAR (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (b)			
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Conforme as disposições do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) de 9ª edição, a Demonstração do Balanço Orçamentário apresenta as receitas discriminadas por categoria econômica e origem, contendo a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo correspondente, que indica o excesso ou insuficiência de arrecadação.

Além disso, evidencia as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, detalhando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

No entanto, no caso em questão, como o órgão Polícia Civil não é um agente arrecadador, não há previsão inicial de receita no Balanço Orçamentário. As receitas realizadas são provenientes de rendimentos de aplicação financeira em contas bancárias, como contas de débito automático. Esse tipo de operação é comumente utilizado para o pagamento de despesas de serviços públicos, como água e telefone móvel. Após o encerramento do exercício, quaisquer saldos remanescentes devem ser devolvidos à conta única do tesouro estadual.

Destaca-se que os restos a pagar não processados inscritos em 2022 foram todos devidamente pagos até o fim do exercício de 2023. Já os restos a pagar processados, não houve execução no exercício de referência por não haver inscrição no exercício anterior.

Importante destacar que o déficit de R\$ 17.564.753,81 é devido ao órgão Polícia Civil ser dependente do tesouro estadual (SEFIN), portanto não possuindo fontes de arrecadação própria, conforme texto do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª edição, página 495:

Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício.

BRAYAN SOARES DO N. MESQUITA

Contador

CRC-RO-010196/O-4

SAMIR FOUAD ABBOUD

Delegado Geral da Polícia Civil

Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **Brayan Soares do Nascimento Mesquita**, **Contador(a)**, em 15/03/2024, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **SAMIR FOUAD ABBOUD**, **Delegado-Geral de Polícia Civil**, em 15/03/2024, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0046821615** e o código CRC **90CBDE7**.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polícia Civil - PC

BALANÇO

BALANÇO FINANCEIRO - POLICIA CIVIL

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

INGRESSOS

INGRESSOS	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
Receita Orçamentária (I)	195,05	966,09
Ordinária	195,05	966,09
Vinculada	-	-
Transferências Financeiras Recebidas (II)	20.748.121,60	15.874.267,86
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	20.541.121,18	15.699.490,87
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	207.000,42	174.776,99
Transferências Recebidas Aportes RPPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários (III)	5.747.326,13	3.515.308,47
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	4.930.672,25	2.824.838,32
Inscrição de Restos a Pagar Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	814.395,44	689.087,71
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	-	-
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	2.258,44	1.382,44
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-
Saldo do Exercício Anterior (IV)	3.105.348,27	4.207.871,20
Caixa e Equivalente de Caixa	3.105.348,27	4.207.871,20
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	29.600.991,05	23.598.413,62

BALANÇO FINANCEIRO - POLICIA CIVIL

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

DISPÊNDIOS

DISPÊNDIOS	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
Despesa Orçamentária (VI)	17.564.948,86	12.174.808,42

Ordinária	17.564.948,86	8.518.989,67
Vinculada	-	3.655.818,75
Recursos Vinculados à Programas de Infra Estrutura de Transportes	-	-
Outras Vinculações de Recursos	-	3.655.818,75
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	3.559.588,65	4.547.650,57
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	150.739,94	146.516,83
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	3.408.848,71	4.401.133,74
Transferências Concedidas Aportes RPPS	-	-
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	3.265.127,14	3.770.606,36
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	2.586.244,43	2.913.164,92
Pagamento de Restos a Pagar Processados	-	198.526,52
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	676.574,86	658.914,22
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	-	-
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	2.307,85	0,70
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Perdas de Investimentos Temporários	-	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	5.211.326,40	3.105.348,27
Caixa e Equivalente de Caixa	5.211.326,40	3.105.348,27
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	29.600.991,05	23.598.413,62

BALANÇO FINANCEIRO - POLICIA CIVIL

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

Especificação

Especificação	JANEIRO a DEZEMBRO/2023			JANEIRO a DEZEMBRO/2022		
	Receita Orçamentária (a)	Deduções Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
Ordinária	195,05	-	195,05	966,09	-	966,09
Vinculada	-	-	-	-	-	-
Recursos Vinculados a Fundos	-	-	-	-	-	-
TOTAL	195,05		195,05	966,09		966,09

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 9ª edição, o Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O valor de R\$ 195,05 refere-se a rendimentos de aplicação financeira no período de janeiro a dezembro de 2023, o qual será devolvido à conta única do tesouro estadual.

No que se refere aos dispêndios extraorçamentários, faz-se importante mencionar os pagamentos de restos a pagar inscritos no exercício anterior.

Os pagamentos de restos a pagar não processados, inscritos no exercício anterior (2022), somaram-se em R\$ 2.586.244,43, enquanto os restos a pagar processados não tiveram inscrição.

No exercício de referência, houve inscrição de restos a pagar não processados no valor de R\$ 4.930.672,25. Não houve inscrição de restos a pagar processados no exercício de 2023.

BRAYAN SOARES DO N. MESQUITA

Contador

CRC-RO-010196/O-4

SAMIR FOUAD ABBOUD

Delegado Geral da Polícia Civil

Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **Brayan Soares do Nascimento Mesquita, Contador(a)**, em 15/03/2024, às 13:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **SAMIR FOUAD ABBOUD, Delegado-Geral de Polícia Civil**, em 15/03/2024, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0046821616** e o código CRC **0C71BD84**.

Referência: Caso responda este(a) Balanço, indicar expressamente o Processo nº 0019.008709/2024-30

SEI nº 0046821616

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polícia Civil - PC

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - POLICIA CIVIL

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	21.564.970,53	16.565.704,10
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	195,05	966,09
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências recebidas	20.748.121,60	15.874.267,86
Outros ingressos operacionais	816.653,88	690.470,15
Desembolsos	18.549.368,16	15.961.743,91
Pessoal e demais despesas	14.310.896,80	10.706.229,75
Juros e encargos da dívida	-	-
Transferências concedidas	3.559.588,65	4.596.599,24
Outros desembolsos operacionais	678.882,71	658.914,92
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	3.015.602,37	603.960,19

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	-	-
Alienação de bens	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-
Outros ingressos de investimentos	-	-
Desembolsos	909.624,24	1.706.483,12
Aquisição de ativo não circulante	909.624,24	1.706.483,12
Concessão de empréstimos e financiamentos	-	-
Outros desembolsos de investimentos	-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	(909.624,24)	(1.706.483,12)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	-	-
Operações crédito	-	-

Integralização do capital social de empresas dependentes	-	-
Outros ingressos de financiamentos	-	-
Desembolsos	-	-
Amortização / Refinanciamento da dívida	-	-
Outros desembolsos de financiamentos	-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	2.105.978,13	(1.102.522,93)
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	3.105.348,27	4.207.871,20
Caixa e Equivalente de Caixa Final	5.211.326,40	3.105.348,27
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)		

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - POLICIA CIVIL

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
Intergovernamentais	-	-
da União	-	-
de Estados e Distrito Federal	-	-
de Municípios	-	-
Intragovernamentais	20.748.121,60	15.874.267,86
Outras transferências recebidas	-	-
Total das Transferências Recebidas	20.748.121,60	15.874.267,86
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	-	-
a União	-	-
a Estados e Distrito Federal	-	-
a Municípios	-	-
a Consórcios Públicos	-	-
Intragovernamentais	3.559.588,65	4.596.599,24
Outras transferências concedidas	-	-

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - POLICIA CIVIL

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
Legislativa	-	-
Judiciária	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	14.310.896,80	10.706.229,75
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-

Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
Reserva de Contingência	-	-
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	14.310.896,80	10.706.229,75

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - POLICIA CIVIL

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Total dos Juros e Encargos da Dívida	-	-
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)		

NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

De acordo com o MCASP 9ª Edição, a demonstração dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados.

A DFC identificará:

- as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Pelo fato de o órgão não ser agente arrecadador, mas sim dependente do tesouro estadual, não há movimentos esperados no que tange aos fluxos de financiamentos.

Segundo a NBC TSP 12, a DFC é composta pelos seguintes fluxos das atividades:

Operacionais que são as atividades relacionadas por exemplo a arrecadação de impostos e pagamento de pessoal.

De financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade.

De investimento são as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo, por exemplo, a venda de ativos não circulantes, e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

O presente relatório contábil evidencia gastos por função área de segurança, evidenciando a correspondente área de atuação do órgão Polícia Civil.

O resultado negativo no fluxo de caixa de investimento, no valor de R\$ 909.624,24, não representam ineficiência da gestão dos recursos, já que em grande maioria dos órgãos públicos os objetivos são atender à sociedade e não gerar lucro.

BRAYAN SOARES DO N. MESQUITA

Contador

CRC-RO-010196/O-4

SAMIR FOUAD ABBOUD

Delegado Geral da Polícia Civil

Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **Brayan Soares do Nascimento Mesquita**, **Contador(a)**, em 15/03/2024, às 13:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **SAMIR FOUAD ABBOUD**, **Delegado-Geral de Polícia Civil**, em 15/03/2024, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0046821617** e o código CRC **6CD44F7A**.

Referência: Caso responda este(a) Balanço, indicar expressamente o Processo nº 0019.008709/2024-30

SEI nº 0046821617



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polícia Civil - PC

BALANÇO
ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - POLICIA CIVIL

Anexo 19 - Lei Federal Nº 4.320/64

Exercício de 20223

Mês Referência: Dezembro	Pat. Social / Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/Cotas em Tesouraria	TOTAL
ESPECIFICAÇÃO									
Saldos Iniciais						124,07	106.493.455,58		106.493.579,65
Ajustes de exercícios anteriores	-		-	-	-	-	-17.946.058,07	-	-17.946.058,07
Aumento de capital			-	-	-	-	-	-	
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas	-		-	-	-	-	-	-	
Juros sobre capital próprio	-		-	-	-	-	-	-	
Resultado do exercício	-		-	-	-	-	9.716.815,13	-	9.716.815,13
Ajustes de avaliação patrimonial									
Constituição / Reversão de reservas	-			-		-124,07	-	-	-124,07
Dividendos a distribuir (R\$... por ação)	-		-	-	-	-	-	-	
Saldos Finais						-	98.264.212,64		98.264.212,64

NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Segundo o MCASP, 9ª edição, a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período.

A alteração total no patrimônio líquido durante um período representa o valor total do resultado desse período, adicionado a outras receitas e despesas reconhecidas diretamente como alterações no patrimônio líquido (sem passar pelo resultado do período), junto com qualquer contribuição dos proprietários e deduzindo-se as distribuições para os proprietários agindo na sua capacidade de detentores do capital próprio da entidade.

A **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido** apresentada pela **Polícia Civil**, referente ao exercício de **2023**, é um instrumento contábil essencial para evidenciar as variações ocorridas no patrimônio líquido do órgão.

A DMPL é uma demonstração mais importante para atividade relacionadas a empresas privadas e empresa publicas, que visem lucros. Não sendo tão relevante para análise do resultado dos gastos realizados pelo órgão com o objetivo de atender sua missão institucional.

BRAYAN SOARES DO N. MESQUITA

Contador

CRC-RO-010196/O-4

SAMIR FOUAD ABOUD

Delegado Geral da Polícia Civil

Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **Brayan Soares do Nascimento Mesquita**, **Contador(a)**, em 15/03/2024, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **SAMIR FOUAD ABOUD**, **Delegado-Geral de Polícia Civil**, em 15/03/2024, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0046821618** e o código CRC **888511BD**.

